

A pesquisa participativa na economia solidária como fator de desenvolvimento social

Thelma Pontes Borges

Professora do colegiado de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda em Psicologia escolar e do desenvolvimento (USP), mestre em Educação (Unicamp), psicóloga (UNESP) - Apoio: Fundação Universidade Federal do Tocantins.

thelb@terra.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo estabelecer relações teóricas entre os pressupostos da economia solidária e da pesquisa participativa, demonstrando a compreensão de que é possível fazer pesquisa considerando a ética da solidariedade, a convivência humana, a capacidade política, além da valorização do sujeito coletivo e a intervenção no espaço social. Para tanto, o texto será apresentado em três partes: a primeira sobre pesquisa participante; a segunda sobre economia solidária e a terceira sobre a relação entre economia solidária e pesquisa participante. Percebe-se que a pesquisa participativa talvez seja a maneira mais próxima daquilo que socialmente se espera do fazer pesquisa e ciência, compactua com os princípios da economia solidária e pode provocar intervenções sociais a fim de gerar a autonomia de grupos marginalizados.

Palavras-chave: pesquisa, participação, economia solidária, metodologia

1 Introdução

O presente trabalho está focado nos debates acerca da pesquisa participativa e da economia solidária, partindo dos pressupostos que a pesquisa participativa traz em seu bojo uma

ética da solidariedade, da convivência humana e do desenvolvimento da capacidade política, tendo como ponto principal o sujeito coletivo e a intervenção no espaço social. O mesmo ocorre com a economia solidária, por ser consequência das relações sociais e de acordos mútuos que ocorrem como resultados da autogestão de empreendimentos econômicos, garantindo espaços democráticos, participativos e que visam ao desenvolvimento político, econômico e social dos envolvidos.

As universidades, principalmente as públicas, fonte das principais pesquisas no país, vêm ao longo do tempo aprimorando seus saberes e suas metodologias com o objetivo de garantir cada vez mais rigor científico e aceitação mundial de resultados, o que fez, segundo Morin (1998), com que parte das ciências se tornasse escrava de um método positivista, capaz de estudar somente aquilo que o método capta e não aquilo que é importante. A pesquisa participativa vem se firmando como aquela que consegue ser fiel às necessidades impostas pela ciência sem com isso abrir mão da ética das relações. Assim, autores como Demo (2005, 2006), Sato e Souza (2001) e Brandão (1986) acreditam que a pesquisa participativa pode oferecer os recursos necessários para garantir a produção científica, através de análise e intervenção de demandas debatidas e escolhidas dentro das próprias comunidades estudadas. Isso pode contribuir para fomentar, a capacidade do grupo pensar por si mesmo, adquirir ferramentas técnicas de intervenção, auxiliar na busca de soluções para os problemas sociais e ainda ajudar nos processos de autogestão que só ocorrem quando se aprende a trabalhar com metodologias participativas. (ROY; BORBA, 2007)

A pesquisa só faz sentido se ela trazer a possibilidade de a sociedade se (re)pensar, (re)configurar e (re)organizar suas estruturas. A pesquisa do social, no social, não pode e não deve correr o risco de ficar esquecida, deve permitir alcançar seu espaço através da possibilidade de se construir coletivamente com a sociedade.

Talvez a pesquisa qualitativa, e especificamente a participativa, tenha descoberto aquilo que Clarice Lispector (1998) relatou tão bem em seu conto *Miopia progressiva*: quanto mais se ajusta os

óculos, quanto mais se foca o olhar, menos se vê, mais perguntas se faz e mais aberto para o caos do inesperado se encontra. É abrir mão das próprias certezas e com isso permitir criar espaços para desenvolver novos olhares, novas vozes, novos jeitos de ver, intervir e permanecer no mundo e no campo de trabalho. É se vincular política e socialmente ao “objeto” de estudo.

A pesquisa participativa permite construir uma ética que propicie a convivência solidária e social possível. Para defender tal ideia, o texto se organiza em três partes. A primeira diz sobre a pesquisa participativa, a segunda sobre economia solidária e a terceira sobre economia solidária e pesquisa participativa.

2 Pesquisa participativa

A pesquisa participativa tem como característica principal a participação da comunidade na construção e análise do trabalho com o objetivo de, não só gerar ciência, mas também de intervir política e socialmente nas populações envolvidas. (DEMO, 2004, 2006; CHATAWAY, 2001) Normalmente é realizada com populações oprimidas e tem a vantagem de provocar tomada de consciência acerca da condição social e de vida das pessoas, podendo gerar mudanças e reorganizar politicamente o espaço em benefício da comunidade. (BRANDÃO, 1986)

Para Chataway (2001), a pesquisa participativa requer mais do pesquisador, pois ela é uma atitude, uma forma de estar em campo que permite relações simétricas, pautadas pela democracia e pela cidadania, que exige do pesquisador respeito pelas pessoas e envolvimento social, garantindo a plena participação, mesmo diante de vulnerabilidades criadas pelas teias sociais. Esta autora defende que a pesquisa é um trabalho conjunto, a ser realizado entre pesquisador e participantes, e todos os rumos do trabalho, incluindo quais são os objetivos, como serão atingidos e quem irá participar, serão decididos conjuntamente. Nesse caso, a função do pesquisador é mediar para facilitar a emergência de respostas.

Nessa modalidade de pesquisa, fica evidente a importância da relação entre pesquisador e participantes, uma vez que as

barreiras hierárquicas tendem a desaparecer e as relações se tornam mais simétricas: “[...] sendo assim, não apenas as regras e rigores metodológicos que nortearão a qualidade da pesquisa, mas a qualidade do relacionamento entre o pesquisador e as pessoas do local pesquisado” (SATO; SOUZA, 2001, p. 5). Estas autoras frisam a importância do trabalho de campo como sendo um processo de convivência entre as pessoas. Pautadas nas discussões acerca da etnografia, elas vão demonstrar que os trabalhos nas comunidades dependem de uma convivência longa, que permita ir além das relações aparentes e hierarquizadas que se estabelece no início da pesquisa. O mergulho no ambiente, a construção do olhar a partir do olhar do outro, o respeito às formas culturais locais, possibilitam compreender e dar significações locais aos conteúdos, sem violar as relações com as pessoas envolvidas.

A utilização da etnografia na pesquisa auxilia na possibilidade de percepção do fenômeno estudado, pois se evita a contaminação das análises pelas pré-concepções teóricas desenvolvidas. (ROCKWELL, 2009) Perceber o espaço e a cultura da comunidade em que se trabalha é tão importante para o psicólogo (sociólogo, antropólogo, médico...) quanto é para o historiador compreender os aspectos do tempo estudado, para não cair no equívoco do anacronismo.

O trabalho etnográfico, com seu rigor metodológico e as relações entre as pessoas, de forma a garantir o respeito e compromisso, são partes do que se chama de pesquisa participante. A essas duas primeiras características se pode unir uma terceira defendida por DEMO (2004, p. 8) “[...] pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado”. Sem deixar de lado o rigor metodológico que a ciência pede, essa modalidade de pesquisa acrescenta às suas características o compromisso com mudanças no seio das comunidades excluídas das relações sociais e econômicas. Envolve um processo de pensar e agir coletivamente, partindo sempre do centro das discussões comunitárias. A população tem o controle sobre todo o processo, podendo inclusive, dependendo de seu grau de organização e desenvolvimento, propor suas próprias

pesquisas e intervenções sem a participação de um pesquisador especialista. Outra característica da pesquisa participante é que ela é também um processo educacional e, como tal, auxilia na diminuição da alienação e na tomada de construções pessoais e coletivas sobre o social.

Para Demo (2004), é produção de conhecimento comprometido com ideologia política, e, por isso, quando assume sua vocação completa, torna-se mais complexa. A começar que o processo de pesquisa, apesar de ser delimitado no espaço e tempo, gera uma participação política que se estende para além da pesquisa, provocando novas anáerando novas anara alo de pesquisa, apesar de ser delimitado no espaço e tempo, gera uma participaçal pesquisado”quais s allises, novas percepções de dimensões da realidade, novos problemas e a permanente necessidade de continuar o trabalho. Como geradora de conhecimento e de intervenção, a pesquisa participativa sofre inúmeras críticas, a principal delas é a delimitação, nem sempre fácil, de qual o limiar entre participação e pesquisa e como achar o ponto certo entre as duas. Contudo, a pesquisa participativa sobrevive e vem ganhando contornos interessantes em ambientes em que se predomina o discurso da ação social. Mesmo porque a possibilidade de, através da pesquisa, alterar estruturas oferecendo acesso à educação sem domesticar as comunidades agrada a muitos. Outra grande limitação apontada por Demo (2004, p. 13) é que leva tempo para um pesquisador conseguir adquirir as habilidades necessárias para realizar tal intento, e parte dos que dizem fazer pesquisa participante estão na verdade repetindo a opressão que já ocorre nas entranhas sociais: “[...] há menos participação do que boa vontade de fazê-la, bem como há mais sofisticções da opressão por meio de processos pretensamente participativos do que efeitos reais participativos”.

Demo (2004), mostra que existem interesses políticos contrários à pesquisa participante, pois ela mexe com estruturas sociais solidificadas, que, uma vez modificadas, as consequências podem trazer mudanças que não são bem-vindas a alguns setores sociais.

[...] os detentores do conhecimento não apreciam que

outros acessem ao mesmo conhecimento: quem sabe pensar nem sempre tolera que outros saibam pensar. A PP tem este signo forte: abrir oportunidades para os marginalizados de construir sua emancipação, usando o melhor conhecimento possível (DEMO, 2004, p. 13).

Assim, a pesquisa participante permite que a comunidade assuma a responsabilidade pelo seu rumo, tornando-se protagonista de seu próprio desenvolvimento. Demo (2004, 2005) faz uma distinção entre pesquisa como princípio científico e pesquisa como princípio educativo, estando a primeira preocupada com os cuidados metodológicos e epistemológicos e a segunda com o caráter educativo, formando consciência crítica, sujeitos historicizados, participantes e autônomos na sustentação de suas ações e de seus discurso. A pesquisa participante enfatiza principalmente este princípio. Moretti e Adams (2010, p. 9) escrevem:

[...] a pesquisa participativa se caracteriza por integrar investigação, educação popular e participação social, oportunizando aos sujeitos envolvidos compreender e interpretar as lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social, adquirir conhecimentos apropriados e animar a mobilização social em torno da luta para mudar a própria realidade e incidir em processos mais amplos da sociedade.

Diversos autores (ROCWELL, 2009; DEMO, 2004, 2005, 2006; SATO; SOUZA, 2001; SPINK, 2003) vão ressaltar que a pesquisa qualitativa é altamente convivente e depende para seu andamento do mergulho na comunidade e do respeito para com as pessoas que ali habitam, assim, conviver é condição necessária ao processo. Bosi (2003, p. 61), falando sobre entrevistas, escreve a respeito da relação do narrador e do ouvinte: “[...] ambos sairão transformados pela convivência, dotada de uma qualidade única de atenção. Ambos sofrem o peso de estereótipos, de uma consciência possível de classe, e precisam saber lidar com esses fatores no curso da entrevista.”

Portanto, a pesquisa participante tem a função, entre tantas outras, de criar estruturas de suporte para o projeto coletivo da comunidade. Assim, “com-viver” e construir pilares com a comunidade em prol da coletividade são objetivos declarados da pesquisa participativa.

3 Princípios da economia solidária

A economia solidária é definida como um conjunto de atividades econômicas que se caracteriza pela produção, distribuição, entre outras características que se organizam em torno da autogestão, envolvendo fatores como propriedade coletiva dos bens e/ou da mão de obra, participação democrática nos rumos da organização e distribuição igualitária de renda. (BRASIL, 2004)

As ideias da economia solidária permitem pensar que não é somente a economia que é solidária, mas que seus participantes precisam desenvolver uma série de características pessoais de participação social e se banhar de uma nova cultura que envolva os aspectos relativos à solidariedade humana e respeito ao próximo. A economia solidária funciona por associações ou cooperativas, populares ou não, que preveem participação equitativa e democrática, ou seja, seus membros devem exercer o pleno papel participativo no debate, cooperando com as ideias e construindo coletivamente o ambiente social e de trabalho.

Os integrantes dessa forma alternativa de economia “têm participado da construção deste campo de atividade humana relevante não apenas do ponto de vista da geração de renda, mas também da construção de uma outra cultura, conseqüentemente, uma sociedade mais justa e igualitária” (CORTEGOSO, CIA, LUCAS, 2008, p. 27).

Essa atividade segue princípios éticos diferenciados, distante da lógica capitalista de produção e consumo, garantindo trabalho e renda a setores excluídos socialmente, participando da construção de uma cultura solidária com valores fundamentais, como participação voluntária, esclarecida e democrática de seus membros, autogestão, preocupação e valorização do desenvolvimento humano com ênfase no processo educativo (as cooperativas criam um fundo financeiro para auxiliar na formação educativa de seus participantes), produção e garantia de produtos de alta qualidade, consumo ético, preço justo, preocupação com o ambiente, entre outros fatores. (OLIVEIRA, 2006; SINGER, 2002) Essa forma de pensar

as organizações de trabalho repercute no social e se diferencia de maneira contrastante do meio de produção capitalista, pois este cria segmentação e desigualdade social, alienação das formas de produção e de vida, exclusão de grupos sociais com consequências desastrosas para a manutenção da vida e da cidadania. Singer (2002, p. 21) escreve:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária.

A autogestão delimita economia solidária e é ela que define o tipo de gestão que os empreendimentos terão. Alicerçada na ideia de participação plena dos membros do empreendimento, a autogestão tem que garantir para seu funcionamento algumas características. (SVARTMAN; ESTEVES; BARBOSA; SCHIMIDT, 2008) A primeira delas diz da necessidade de se instalar plenamente um espaço de falas e negociações, que permita a participação igualitária, apoiada no fato de que não existem hierarquias legitimadas, uma vez que empreendimentos econômicos solidários são bens coletivos, o que possibilita o engajamento de todos nos processos decisórios. Dessa forma, o reconhecimento da diferença, a capacidade de ouvir o outro e o exercício do debate se tornam primordiais. Outro aspecto importante apontado pelos autores é que, para a autogestão acontecer, deve-se desenvolver o sentimento de pertencimento ao grupo, sentir que é parte do grupo, que sua participação faz diferença para o grupo, bem como o grupo faz diferença para o indivíduo. A autonomia política parte do enraizamento coletivo e da possibilidade de se sentir seguro e alicerçado no grupo para mostrar seus pensamentos e engajamentos.

O envolvimento com uma forma diferenciada de economia propicia ao ser humano a possibilidade de desenvolver características pessoais para se inserir e (co)produzir uma nova cultura, que respeita e valoriza a coletividade. Oliveira (2006) relata que a participação das crianças nas assembleias das

cooperativas é um exemplo da cultura solidária e que ajuda na compreensão da luta dos pais na construção de um ambiente mais solidário.

Na história do cooperativismo e da economia solidária, por volta de 1844, surge uma série de princípios que se tornam mais tarde os princípios universais do cooperativismo, entre eles se encontra o empenho na educação cooperativa. (SINGER, 2002) A bibliografia especializada irá mostrar que esse princípio é fundamental para garantir todo funcionamento restante tanto das organizações solidárias como para criação de uma cultura igualitária. Singer (2002) alerta para o fato de que o maior perigo da prática autogestionária vem justamente da falta de formação democrática de seus membros. Owen (apud SINGER, 2002), um dos principais fundadores das ideias cooperativistas, vai dizer da necessidade de se educar não somente os cooperados como o público em geral com relação a essa visão de mundo. A educação cooperativa deriva da ideia de que “os homens são o que a educação (ou a sua falta) faz deles” (SINGER, 2002, p. 42).

Percebe-se a importância dada ao processo educativo considerando que sem ele se torna inviável qualquer espécie de trabalho que envolva a economia solidária. Isso ocorre pelo fato de que as pessoas crescem em ambientes que valorizam princípios discrepantes desses. A educação hoje nas escolas (na maioria) ainda é pautada nas relações de coação e muito pouco nas de cooperação, há um incentivo muito grande ao melhor e por conta disso se desenvolve muito cedo nas crianças a noção de vencedores e perdedores. O caráter educativo competitivo é predominante, e ainda traz a falsa ideia de que todos partem do mesmo patamar e tem os mesmos direitos. Adiciona-se a isso a percepção de que hoje se vive sob a égide do ter sobre o ser. O incentivo ao consumismo e a ideia de que a personalidade ou as características de alguém são dadas a partir dos objetos que ele adquire e possui fazem crer que o objetivo final das relações sociais é conseguir ter o objeto especial que ninguém mais tem, oferecendo a sensação de um bem-estar e de uma vida melhor.

A introdução na lógica e nas práticas sociais pautadas pela economia e consequentemente pela cultura solidária é algo, muitas das vezes, a ser desenvolvido, e, para isso, a educação se torna peça fundamental de construção de tais práticas.

A pesquisa participante, com seus princípios, se aproxima das ideias defendidas pela economia solidária, uma vez que, apesar de terem objetivos finais diferentes, visam à formação humana, à ética nas relações e ao desenvolvimento comunitário. A união da pesquisa participante às instituições que trabalham com economia solidária é uma realidade em nosso país, e na maior parte das vezes, ocorre pelo trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares presentes nas diversas universidades públicas do Brasil. Economia solidária e pesquisa participante possibilitam a inserção política, social e econômica de seus participantes, pois garantem a politicidade, o que Demo (2006, p. 24) define como sendo a razão mais humana das humanas, pois garante a conquista da autonomia e do próprio destino: “[...] politicidade descortina horizontes sociais”. A educação propiciada pela economia solidária e pela pesquisa participante tem como objetivo diminuir a pobreza política e desenvolver cidadanias fluentes e influentes na capacidade de “re-pensar” o cotidiano sócio-histórico e, com isso, a possibilidade de mudanças efetivas nas estruturas das sociedades. Os trabalhos dos pesquisadores do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) conseguem desenvolver os aspectos citados de maneira bastante adequada. No projeto PAPESCA, na cadeia de pesca no município de Macaé (RJ), é possível verificar a atuação dos pesquisadores tanto no fomento da pesquisa participativa quanto no trabalho de constituição dos grupos para geração de renda e trabalho, pautados pelo bem comum e pela solidariedade. (LANZA; MACIEL; ADDOR; NEPOMUCENO, 2006)

4 Pesquisa participante e economia solidária

“[...] o sistema não teme um pobre com fome, teme um pobre que sabe pensar”, com essa frase de Demo (2004, p. 17),

consegue-se ressaltar a importância da pesquisa participativa, no seu veio educativo, pois com ela, além da gestação permanente de conhecimento cria-se um processo educativo e de autoeducação que se firma nas próprias relações cotidianas. A autogestão, característica da economia solidária, aproxima seus princípios dos da pesquisa participante, pois, ao lado da viabilidade econômica, os aspectos da comunidade envolvida têm igual importância: “[...] o que caracteriza a cooperação, de imediato, é a existência de interesses e objetivos comuns, a união de esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus” (CORTEGOSO; CIA; LUCAS, 2008, p. 29).

Sabe-se, como aponta Sato (2002, p. 3), que a autogestão não acontece sem conflitos; contudo, a presença permanente de embates nos processos produtivos, deliberativos e educativos é sinal claro e desejado de que ali se discute e se debate: “[...] fazem-se negociações cotidianas de significados, interesses e coisas, ocorre interação social com direito a voz e voto”.

Apontam-se as principais características da pesquisa participante: a) surge no seio da comunidade e atende aos seus interesses coletivos; b) apesar de o pesquisador ser o mediador, quem define os objetivos, métodos e rumos da pesquisa são os participantes; c) objetivo maior da pesquisa é o desenvolvimento da comunidade, da região e a inclusão de populações historicamente marginalizadas; d) o processo decisório é coletivo, todos participam; e) as informações produzidas são de acesso livre e igualitário, com transparência na divulgação das informações. Ou seja, a pesquisa participante é autogestionária, característica importante na economia solidária. Agora, verificam-se as principais características da economia solidária: a) todas as decisões são tomadas em assembleias; b) cada cabeça um voto; c) as metas visam ao bem-estar coletivo; d) as relações são pautadas pela cooperação e igualdade; e) as formas de organizações são coletivas e/ou associativas; e) todo seu funcionamento é pautado pela autogestão. Assim, pode-se dizer que a economia solidária segue os princípios da pesquisa participante.

Percebe-se que as características da economia solidária e da pesquisa participante se aproximam, uma vez que são marcadas pela democracia, participação e coletividade. Apesar de a especificidade da primeira ser o fomento à geração de trabalho e renda e a segunda à produção científica, pode-se afirmar que elas se complementam, podendo favorecer os processos emancipatórios das populações envolvidas. Uma vez adquirida a capacidade de desenvolver esses atributos, consegue-se alcançar o que Demo (2005, p. 57) chama de autoridade do argumento, ou seja, as pessoas desenvolvem a capacidade de dizer coisas das quais possuem base adequada, por isso seu argumento é válido e se sobrepõe a lógica da nossa sociedade, que é a de ouvir somente a autoridade como argumento: “[...] o que não pode ser contestado provoca a separação social e implica imbecilização ou subordinação”.

Prestar atenção no que se fala e não em quem fala auxilia a “re-pensar” as relações sociais e a qualificar o processo democrático, pois se “qualifica o cidadão através de processos educativos adequados” (DEMO, 2005, p. 53). Para este autor, a ciência deve estar a serviço do homem e não de sua dominação, e o saber pensar deve estar a serviço da intervenção social.

Nesse sentido, a pesquisa participativa talvez seja a maneira mais próxima daquilo que socialmente se espera do fazer pesquisa e ciência. Muitos vão considerar utópicas as possibilidades de alterações sociais, contudo muitos trabalhos vêm aparecendo Brasil afora. (ver QUEBRA; BRITO, 2007; LANZA; MACIEL; ADDOR; NEPOMUCENO, 2006; FAVERO; EIDELWEIN, 2004) A união da pesquisa participante com a economia solidária pode trazer resultados mais significativos, uma vez que ambas oferecem aquilo que é básico: qualidade humana, respeito, intervenção social, sustentabilidade financeira e produção de conhecimento.

Referências

- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participativa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Termo de referencia para o mapeamento da economia solidária e sistema nacional de informações em economia solidária*. Brasília, 2004.
- CHATAWAY, Cynthia J. Negotiating the observer-observed relationship: participatory action research. In: TOLMAN, Deborah L.; BRYDON-MILLER, Mary (ed.). *From subjects to subjectivities: a handbook of interpretive and participatory methods*. New York: New York University Press, 2001.
- CORTEGOSO, Ana Lucia; CIA, Fabiana; LUCAS, Miguel Gambelli. Economia solidária: o que é e como se relaciona com a psicologia. In: CORTEGOSO, Ana Lúcia (org.). *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir*. Brasília: Líber Livro editora, 2004.
- DEMO, Pedro. *Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2006.
- FAVERO, Eveline; EIDELWEIN, Karen. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros.

Psicologia & Sociedade, v. 16, n. 3, p. 35-40, set./dez. 2004.

LANZA, Sidney; MACIEL, Vera de Fátima Lopes; ADDOR, Felipe. A pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé: o envolvimento dos atores para a construção de um projeto de desenvolvimento local. *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, v. 7, p. 25, 2006.

LISPECTOR, Clarice. Miopia Progressiva. In: LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. São Paulo: Rocco, 1998.

MORETTI, Cheron Z.; ADAMS, Telmo. Fontes da educação popular e da pesquisa participativa na América latina: epistemologias ao sul da colonialidade do conhecimento. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT06-6516—Int.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MORIN, Edgar. A ética do sujeito responsável. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

QUEBRA, Sâmee C. F.; BRITO, Débora Melo Da S. Pesquisa-ação com feirantes não cooperativados: um relato de experiência.. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO: diálogos em psicologia social, 14., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

ROCKWELL, Elsie. *La experiencia etnográfica: história y cultura en los procesos educativos*. Spanish: Paidós, 2009.

ROY, David F.; BORBA, Mariana de A. J. Análise das metodologias participativas empregadas em trabalhos na COOPARJ. In: V ENCONTRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: o discurso e a prática da economia solidária, 5, 2007. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2007.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. *Psicologia USP*. São Paulo v. 12, n. 2, 2001.

SATO, Leny. *Autogestão possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: CUT – Central Única dos Trabalhadores, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK, Peter K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*. jul./dez. 2003.

SVARTMAN, Bernado Parodi; ESTEVES, Egeu Gómez; BARBOSA, Maria Alves; SCHMIDT, Virginia Luz. Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In: CORTEGOSOS, Ana Lúcia (org.). *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

The collaborative research in the solidary economy as a factor of social development

Abstract

This article aims to establish theoretical relations between the presuppositions of the solidary economy and the collaborative research, showing the comprehension that it is possible to do research considering the solidarity ethics, human companionship, political capacity, besides the valorization of the collective subject and the intervention in the social space. In order achieve the aim proposed, this text will be presented in three parts: the first one is about the collaborative research; the second about the solidary economy and the third one deals with the relation between the solidary economy and the collaborative research. It could be noticed that the collaborative research might be the closest to what is socially expected from research and science, being in accord with the principles of the solidary economy and being able to provoke social interventions, creating autonomy in the marginalized groups.

Keywords: research, participations; solidary economy; methodology

Enviado: 2012-08-13

Aprovado: 2013-02-28